

2014

RELATÓRIO DE GESTÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO





ÍNDICE

1 - Caracterização da atividade municipal durante o ano de 2014

1.1 – Enquadramento	Pág.03
1.2 - Análise sumária de 2014	Pág.04
1.3 - Estrutura organizativa	Pág.05
1.4 - Recursos Humanos	Pág.06
1.5 - Análise Orçamental da Despesa e da Receita	Pág.07
1.6 - Evolução da Execução Orçamental	Pág.19
1.7 - Análise da execução anual das Grandes Opções do Plano	Pág.20

2 - Análise da situação Económica e Financeira

2.1 - Indicadores gerais de atividade	Pág.24
2.2 - Custos	Pág.26
2.3 - Proveitos	Pág.26
2.4 - Resultados	Pág.26
2.5 - Análise Financeira	Pág.27
2.6 - Endividamento	Pág.28



2.6.1 - Capacidade Legal de Endividamento	Pág.28
2.6.2 - Dividas a Terceiros - Curto Prazo	Pág.29
2.6.3 - Dividas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	Pág.29
2.6.4 - Dívidas de Terceiros	Pág.31
3 - Proposta de aplicação do resultado líquido do exercício	Pág.32

Anexos: – Balanço Social; Balanço Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados



1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2014

1.1 - ENQUADRAMENTO

Em conformidade com o disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano 2014, perspetivando:

- O controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do nº 2 do artigo 25º da mencionada Lei;
- O controlo jurisdicional do Tribunal de Contas;
- O controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central;
- A transparência junto dos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pela autarquia.

Pretende simultaneamente aferir a qualidade da gestão municipal, através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia da afetação de recursos face aos objetivos realizados.



1.2 – ANÁLISE SUMÁRIA DE 2014

O desenvolvimento da atividade municipal no ano de 2014, do ponto de vista da sua gestão orçamental, ficou marcado por dois factos a relevar:

- Uma redução substancial nas Transferências de Capital, no valor de **8.770.023,27€** face a 2013;
- Uma gestão rigorosa que permitiu na relação Receitas Correntes-Despesas Correntes, libertar um valor de **13.472.235,59€** para Investimento.

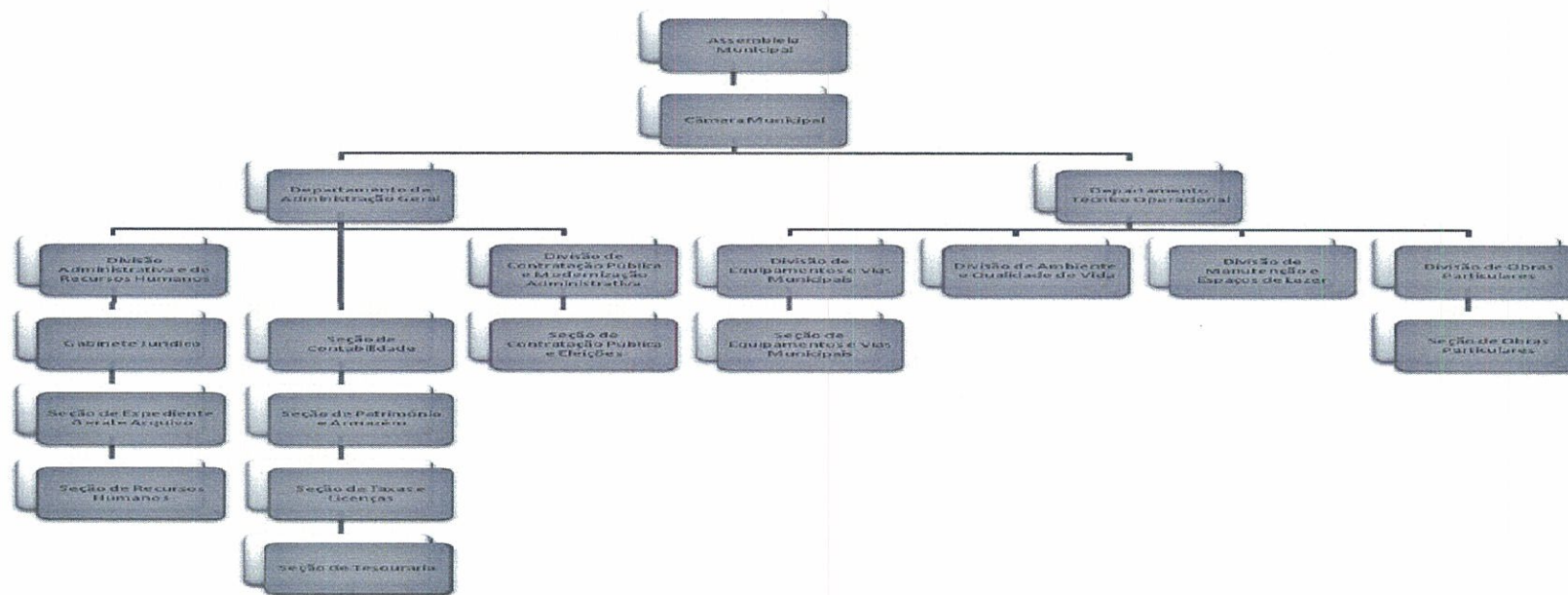
Neste sentido, é permitido afirmar que, em resultado dos atos de gestão praticados, que combinaram eficazmente os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis, o Município de Castelo Branco conseguiu, do ponto de vista socioeconómico, manter uma presença forte no Concelho, disponibilizando também níveis de apoio à realização de uma significativa variedade de atividades desenvolvidas pelas entidades e coletividades do Concelho.

Também no ano de 2014, seguindo a melhor tradição dos anos precedentes, a gestão do Município foi impulsionada, positivamente, pela colaboração que os diferentes agentes e atores locais – Munícipes, Autarcas, Dirigentes e Funcionários Municipais, organizações partidárias, sindicais e socioprofissionais, coletividades, empresas e demais entidades, públicas e privadas – prestaram à Autarquia. Aquele bom relacionamento é credor do reconhecido agradecimento do Executivo Municipal.



1.3 - ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O organograma de funcionamento do Município, em 31/12/2014, era o seguinte:





1.4 – RECURSOS HUMANOS

O Balanço Social, referente a 31/12/2014, consta como anexo do presente relatório e integra a informação e a análise dos recursos humanos do Município.

A – RÁCIOS DE PESSOAL			2010	2011	2012	2013	2014
1	Trabalhadores do Município Ano n/n-1	%	-3,88%	-3,65%	-4,39%	-18,16%	-2,55%
2	Despesas com Pessoal / População Concelho Castelo Branco	€	136,58	128,54	115,73	119,53	125,63
3	População Concelho Castelo Branco / Trabalhadores do Município	Nº	107,52	111,59	117,14	143,14	146,88

POPULAÇÃO CONCELHO CASTELO BRANCO: 2010 E 2011 - CENSOS DE 2001; 2012, 2013 E 2014 - CENSOS DE 2011

Quadro 1 – Rácios de Pessoal

Face aos rácios apresentados, volta a evidenciar-se uma redução do nº de trabalhadores face ao ano anterior, no seguimento do decréscimo dos últimos anos. Esta situação permite evidenciar que os custos com pessoal no total da despesa do Município estão num patamar abaixo da média nacional.



1.5 – ANÁLISE ORÇAMENTAL DA DESPESA E DA RECEITA

Mesmo tratando-se de um ano que em termos de receitas, nomeadamente em termos de Fundos Comunitários, houve uma enorme retração face a anos anteriores, a gestão orçamental do ano 2014 permitiu todavia a libertação de **13.472.235,89€** da gestão corrente para consignar ao investimento. Este facto revela solidez estrutural do Município.

- A receita do exercício, que totalizou **35.076.863,75 €**, repartiu-se por:

RECEITAS CORRENTES **31.588.433,85 €**

RECEITAS DE CAPITAL **3.488.429,90 €**

- A despesa total foi de **34.618.466,64€**, correspondendo ao somatório dos seguintes valores:

DESPESAS CORRENTES **18.116.198,26 €**

DESPESAS DE CAPITAL **16.502.268,38 €**

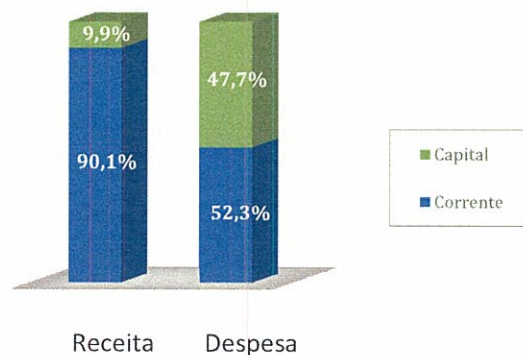


Gráfico 1 – Receita e Despesa (%)

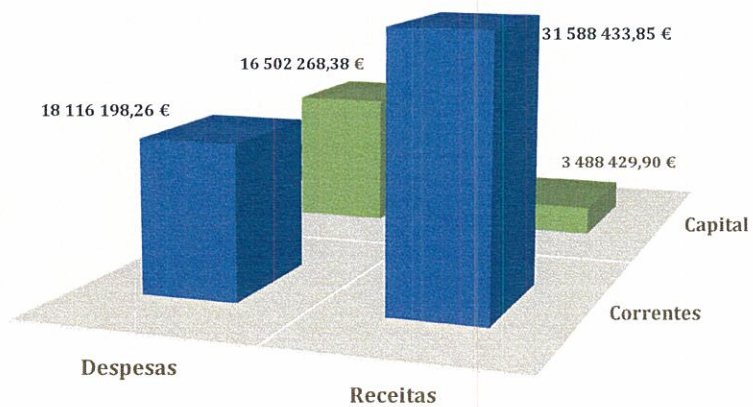


Gráfico 2 – Receita e Despesa (€)

O valor orçamental da despesa do exercício de 2014 fixou-se em **34.618.466,64 €**, correspondendo a 56,17 % do valor do orçamento. Os valores dos últimos cinco anos, constam do quadro e do gráfico seguinte.

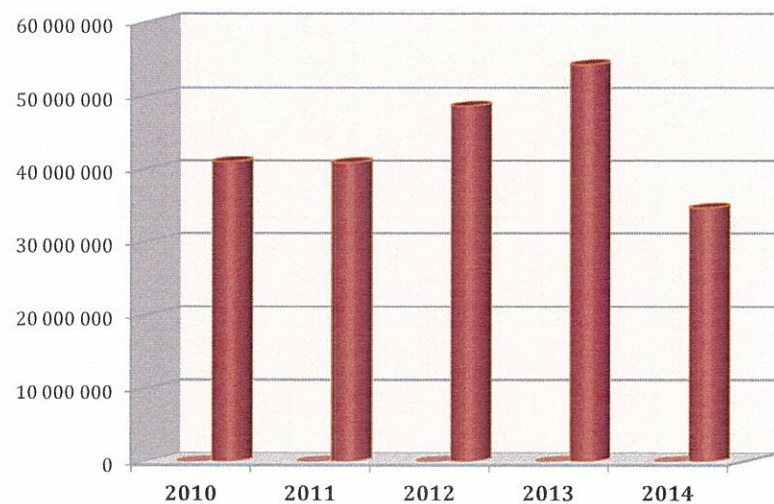


Gráfico 3 – Despesa (€)

ORÇAMENTO - DESPESA	
2010	40.942.670 €
2011	40.810.561 €
2012	48.588.488 €
2013	54.206.857 €
2014	34.618.467 €

Quadro 2 – Despesa (€)

No ano de 2014, a gestão da Câmara Municipal decorreu em consonância com as boas práticas dos anos precedentes, superiormente orientadas pelo rigor, pelo controlo da despesa de funcionamento, pela maximização do investimento e pela contenção do endividamento.



Em 2014, a estruturação da despesa corrente e de capital foi enquadrada nas diferentes rubricas e da seguinte forma:

CLASS. ECONÓMICA	VALOR (€)	%
DESPESAS COM PESSOAL	7.049.080,13	20,36
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7.773.452,81	22,45
JUROS E OUTROS ENCARGOS	109.795,70	0,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.718.759,50	7,85
SUBSÍDIOS	324.796,47	0,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	140.313,65	0,41
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	9.331.201,63	26,95
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.215.499,10	9,29
ATIVOS FINANCEIROS	9.534,07	0,03
PASSIVOS FINANCEIROS	1.314.882,99	3,80
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2.631.150,59	7,60

Quadro 3 – Despesa por Rubrica



Do total da despesa, 52% diz respeito a despesa corrente, que é submetida a um rigoroso escrutínio, em obediência a um princípio de gestão fundamental. A evolução das despesas correntes, no último quinquénio, demonstra a consistência dos resultados obtidos.

DESPESAS CORRENTES	
2010	16.564.860 €
2011	16.250.904 €
2012	16.938.388 €
2013	20.317.964 €
2014	18.116.198 €

Quadro 4 – Despesas

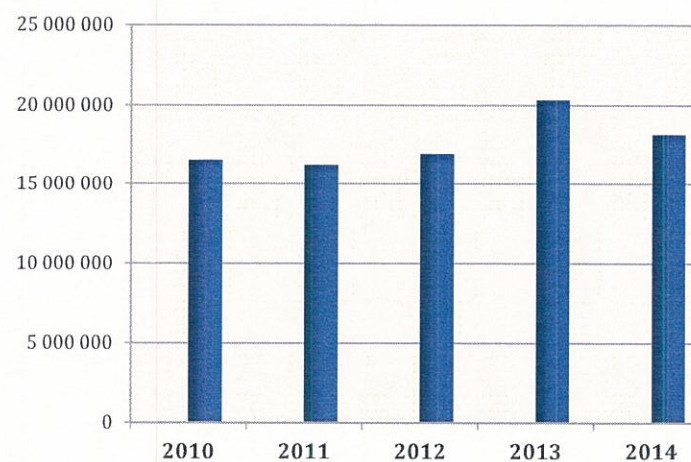


Gráfico 4 – Evolução das Despesas

Face a 2013, a despesa corrente do Município reduziu em **2.201.765,85€**.



As despesas com pessoal, a rubrica mais estrutural dos gastos correntes, tiveram em 2014 um ligeiro aumento de **342.226,17 €**, quando comparada com o ano anterior, justificado pelos pagamentos referentes à opção gestionária. A situação dos últimos exercícios consta do gráfico e dos quadros seguintes.

ENCARGOS COM PESSOAL	
2010	7.636.283 €
2011	7.186.389 €
2012	6.493.719 €
2013	6.706.854 €
2014	7.049.080 €

Quadro 5 – Encargos com o Pessoal

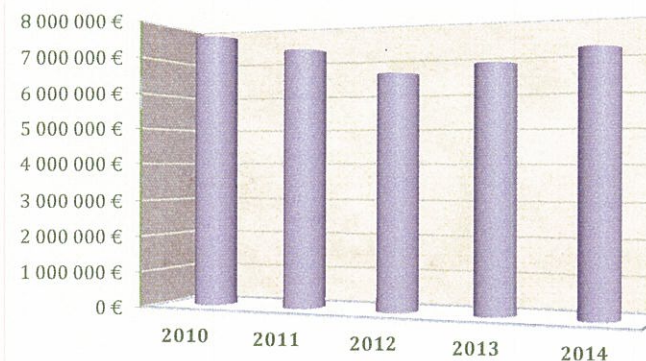


Gráfico 5 – Encargos com o Pessoal

No ano de 2014, o investimento realizado atingiu **16.502.268,38 €** tendo correspondido a cerca de 48% da despesa total.



O registo histórico dos valores do investimento realizados pela Autarquia está evidenciado no quadro seguinte:

DESPESAS DE CAPITAL	
2010	24.377.809,98 €
2011	24.559.656,81 €
2012	31.650.100,15 €
2013	33.888.893,09 €
2014	16.502.268,38 €

Quadro 6 – Despesas de Capital (€)

A orientação estratégica da gestão da autarquia, prosseguida desde 1998, elegeu a redução da despesa corrente enquanto instrumento para o reforço do investimento. No ano de 2014, voltou-se a verificar grande contenção ao nível das despesas correntes, o que permitiu canalizar uma percentagem significativa do valor previsto em despesas correntes para despesas de capital. Assim, em 2014, registou-se um diferencial positivo entre as receitas correntes e as despesas correntes no valor de **13.472.235,59€**.



No ano de 2014, o total de receitas correntes e de capital tiveram um decréscimo face aos últimos anos:

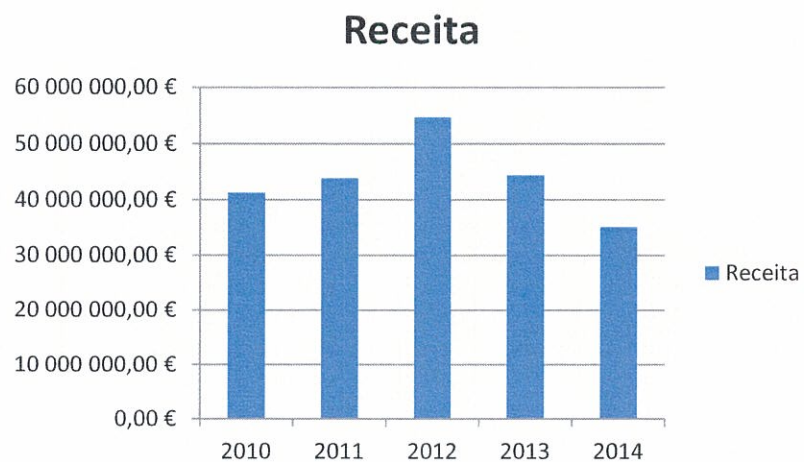


Gráfico 6 – Receita (€)

	RECEITA
2010	41.284.853€
2011	43.873.161€
2012	54.639.505€
2013	44.411.659€
2014	35.076.864€

Quadro 7 – Receita (Corrente + Capital) (€)



Em 2014, a estruturação da receita corrente e de capital foi enquadrada nas diferentes rubricas e da seguinte forma:

CLASS. ECONÓMICA	VALOR (€)	%
IMPOSTOS DIRETOS	8.466.688,88	24,14
IMPOSTOS INDIRETOS	393.361,89	1,12
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	170.919,58	0,49
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	784.821,40	2,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.504.742,41	47,05
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.921.408,78	11,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.346.490,91	3,84
VENDAS DE BENS E INVESTIMENTOS	146.217,82	0,42
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.338.873,80	9,52
ATIVOS FINANCEIROS	3.338,20	0,01
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00

Quadro 8 – Orçamento de Receita



Do total da receita, 90% diz respeito a despesa corrente, proveniente essencialmente dos Impostos Diretos e das Transferências Correntes. A evolução das receitas correntes, no último quinquénio, consta do quadro seguinte:

RECEITAS CORRENTES	
2010	28.405.747 €
2011	28.338.251 €
2012	28.137.661 €
2013	30.083.453 €
2014	31.588.433 €

Quadro 9 - Receitas

Face a 2013, constata-se um aumento de **1.504.980€**, para o qual contribuiu as receitas extraordinárias originadas por reembolsos relativos ao IVA e à SISA.

Por outro lado, verifica-se uma importância estrutural das receitas relativas a Impostos Diretos e Transferências Correntes, nomeadamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da Participação Fixa do IRS.



No ano de 2014, as receitas de capital apenas representaram 10% do total das receitas, provocando uma queda acentuada face aos últimos anos, devido substancialmente à retração de verbas relativas a Fundos Comunitários:

RECEITAS DE CAPITAL	
2010	12.879.105,47€
2011	15.534.909,88 €
2012	26.501.843,56 €
2013	14.328.205,97 €
2014	3.488.429,90 €

Quadro 10 – Receitas de Capital



Na relação entre despesas e receitas e considerando os rácios a seguir apresentados, evidencia-se que as receitas de capital sustentaram apenas 1/5 do investimento efetuado, pelo que o restante foi conseguido com a afetação das receitas correntes.

	RECEITAS CORRENTES /	RECEITAS DE CAPITAL /
	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
2010	171,4 %	52,90 %
2011	174,38 %	63,25 %
2012	166,12 %	83,73 %
2013	148,75 %	42,28 %
2014	174,37 %	21,14 %

Quadro 11 – Rácios Receitas / Despesas



1.6 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da execução orçamental do Município de Castelo Branco, desde 2010.

	(valores em %)	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS	CORRENTES	98,16	97,76	103,83	88,72	96,48
	CAPITAL	36,91	38,37	54,77	37,20	12,58
TOTAL		64,66	63,13	72,36	61,50	58,07
DESPESAS	CORRENTES	86,94	84,23	87,93	86,99	79,51
	CAPITAL	52,31	48,57	55,49	61,02	42,48
TOTAL		62,36	58,42	63,68	68,71	56,17

Quadro 12 – Execução Orçamental desde 2010

Analisando a execução orçamental de 2014, constata-se uma redução na execução da receita, fundamentalmente derivado da receita de capital, colocando a execução orçamental da receita em cerca de 58%.

A execução orçamental da despesa situou-se nos 56%, para a qual contribuiu os 42% de despesas de capital, que foi limitada pelas receitas de capital do ano, que não permitiu a alavancagem para determinados investimentos.



1.7 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ANUAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O nível global de execução das Grandes Opções do Plano para 2014 foi de 45,30%, repartindo-se a execução nos diferentes objectivos da forma como se apresenta no gráfico seguinte:

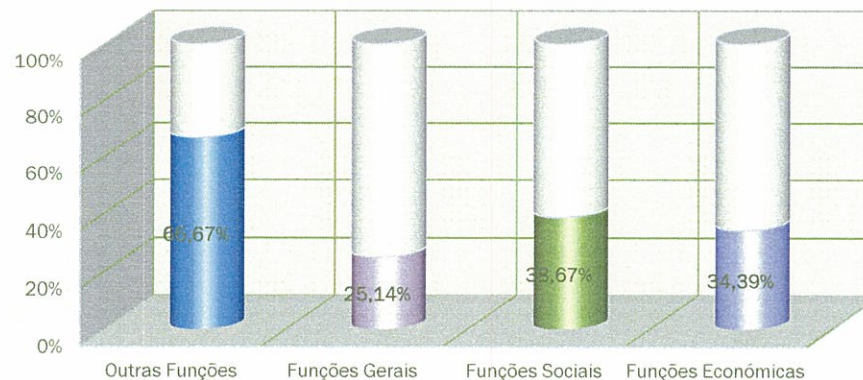
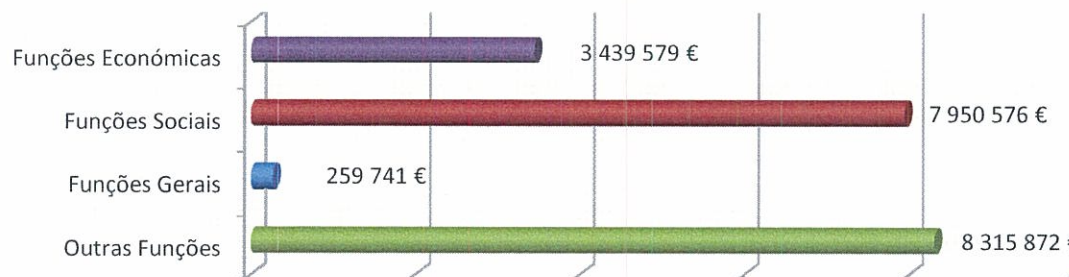


Gráfico 7
Execução dos Objetivos GOP



Quadro 13
Valores das GOP por Objetivos



Da atividade municipal durante o ano de 2014, à qual se refere o documento “Execução Anual das Grandes Opções do Plano”, destacam-se as iniciativas que reputamos de maior significado, nas distintas funções autárquicas.

Funções Gerais

Serviços Gerais Administração Pública

- Aquisição de material informático e administrativo;

Funções Sociais

Educação—Ensino Não Superior

- Construção, conservação, reparação e melhoramentos de Escolas;

Saúde—Segurança e Ação Social

- Transferência de Capital para Instituições para Apoio Social e Associação de Desenvolvimento Amato Lusitano;
- Transferências de capital para Instituições para construção de centros de dia e centros sociais no Município;

Habitação e Serviços Coletivos—Habitação

- Construção, reparação e melhoramentos em habitações propriedade do Município;
- Aquisição de prédios na Zona Histórica para requalificação para Habitação Social;
- Reabilitação dos Edifícios nº 18 e 20 na Rua de S. Sebastião



Ordenamento do Território

- Aquisição de terrenos;
- Aquisição de prédios para demolição e alargamento de arruamentos;
- Aquisição de prédios no Município: outros edifícios;
- Aquisição do Ex-edifício do Governo Civil de Castelo Branco e Prédios anexos
- Obras de Requalificação Urbana em Castelo Branco e nas Freguesias;
- Requalificação Urbana e Valorização Paisagística do espaço Público do Centro Histórico;
- Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade
- Requalificação Urbanística em Alcains.

Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

- Conservação, Reparação e Melhoramentos em Edifícios Culturais;

Desporto, Recreio e Lazer

- Construção, melhoramento e conservação de parques, jardins e outros espaços ajardinadas no Município;
- Transferências de capital para apoio a coletividades e instituições;
- Construção da Pista de Atletismo;
- Construção de um Campo de Futebol;

Outras atividades cívicas e religiosas

- Transferências de capital para recuperação de igrejas, capelas e espaços exteriores.



Funções Económicas

Indústria e Energia

- Infraestruturas na Área de Localização Empresarial;
- Conservação Reparação e Melhoramentos nas Redes de Iluminação Pública Propriedade do Município;
- Eletrificações no Município;

Transporte Rodoviários

- Construção, reparação e melhoramento de estradas e caminhos municipais;
- Construção Conservação de Caminhos Rurais/Agrícolas e Florestais;
- Construção/Remodelação de parques de estacionamento para veículos na cidade;
- Requalificação da En 233 - Entre Escalos de Cima Km 96+000 e o Km 103+000, cruzamento com a ER 240, construção da Estrada de Acesso ao Aeródromo;

Comércio e Turismo

- Transferência de Capital para o CATAA, para investigação e desenvolvimento.
- Transferência de Capital para o INOVCLUSTER - Associação Cluster Agro-Industrial Centro.

Outras Funções Económicas

- Conservação Reparação e Melhoramentos de Edifícios Propriedade do Município;
- Cobertura de um Pavilhão Municipal na Cruz do Montalvão;
- Construção do Arquivo Municipal.

Transportes Aéreos

- Construção do Aeródromo de Castelo Branco - Outros.



2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

2.1 - INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE

Os quadros seguintes referem-se a rácios de estrutura, gestão, investimento e produtividade que caracterizam o desenvolvimento das competências e atribuições da Autarquia, na prossecução do interesse público, com a satisfação das necessidades coletivas da comunidade, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras, conferidas ao Município. A informação apresentada, desde 2010, permite avaliar a evolução registada no último quinquénio.

A – RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)		2010	2011	2012	2013	2014
1	Impostos Diretos / Receitas Correntes	31,24	30,77	30,48	27,02	26,80
2	Transferências Correntes / Receitas Correntes	51,69	49,99	49,43	53,12	52,24
3	Transferências Capital / Receitas de Capital	91,20	97,13	88,07	84,51	95,71
4	Passivos Financeiros / Receitas de Capital	1,07	13,90	8,31	18,23	37,69
5	Receitas Correntes / Receitas Totais	68,80	64,58	51,50	67,84	89,80

Quadro 14 – Rácios de Estruturas



B – RÁCIOS DE GESTÃO (%)		2010	2011	2012	2013	2014
6	Despesas Correntes / Receitas Correntes	54,79	57,35	60,20	67,23	57,35
7	Despesas de Capital / Receitas de Capital	189,23	158,09	119,42	236,52	473,05
8	Despesas com o Pessoal / Receitas Correntes	26,88	25,36	23,08	22,19	22,31
9	Despesas com o Pessoal / Despesas Correntes	49,06	44,24	38,34	33,00	38,91

Quadro 15 – Rácios de Gestão

C – RÁCIOS DE INVESTIMENTO		2010	2011	2012	2013	2014
10	Investimentos / Despesa Total	% 59,54	60,18	65,14	46,69	26,95
11	Investimentos / População (x)	€ 437	438	568	454	166
12	Investimentos / Área do Município (xx)	€ 16.929	17.055	21.979	17.574	6.480

(x) - Euros/população residente (com base nos Censos)

(xx) - Euros/Km² (1440 Km² a área total do Município)

Quadro 16 – Rácios de Investimento



D – PRODUTIVIDADE		2010	2011	2012	2013	2014
14	População / Total Funcionários (un.)	105	112	118	142	146
15	Despesas com o Pessoal / Investimentos (%)	31,36	29,26	20,52	26,50	75,54
16	Investimentos / Total Funcionários (€)	31.925	49.021	66.352	64.559	24.427
17	Receitas Total / Total Funcionários (€)	54.072	87.584	114.549	113.650	92.076
18	Despesa de Funcionamento / Total de Funcionários (€)	37.200	32.436	35.510	36.356	47.424

Quadro 17 – Indicadores de Produtividade

2.2 - CUSTOS

No exercício de 2014, em termos de custos, destacam-se as “amortizações do exercício”, os “encargos com o pessoal” e os “fornecimentos e serviços externos”.

2.3 – PROVEITOS

Os proveitos do exercício de 2014 distribuíram-se, essencialmente, por “transferências e subsídios”, “impostos e taxas” e “Rendas e Alugueres”.

2.4– RESULTADOS

Do exercício de 2014 foi apurado um resultado líquido positivo no valor de **2.179.544,25 €**.



2.5 – ANÁLISE FINANCEIRA

Considerando a elaboração do Balanço, da Demonstração de Resultados e do respetivo anexo, torna-se possível uma análise mais circunstanciada da situação financeira do Município de Castelo Branco, em 31 de dezembro de 2014, com base nos indicadores e nos rácios económicos e financeiros que se apresentam a seguir.

		2010	2011	2012	2013	2014
LIQUIDEZ GERAL	(Ativo Circulante / Exigível C. P.)	18,11	21,10	27,92	73,03	14,09
SOLVABILIDADE	(Recursos Próprios / Recursos Alheios)	9,11	11,7	16,34	19,41	18,38
ENDIVIDAMENTO	(Passivo / Ativo Líquido X 100)	6,10%	4,97%	3,86%	3,31%	3,56%

		2010	2011	2012	2013	2014
AUTONOMIA FINANCEIRA	(Fundos Próprios / Ativo Total)	55,66%	58,21%	59,81%	60,19%	60,33%
COBERTURA ATIVO	(Ativo total / Passivo Total)	16,38	20,11	25,89	29,66	28,12
DEPENDÊNCIA DOS EMPRÉSTIMOS M/L PRAZO	(Emp. M/L prazo / Ativo Total)	5,44%	4,38%	3,18%	3,02%	2,15%
IMOBILIZADO / ATIVO TOTAL		87,88%	87,36%	84,42%	90,61%	90,55%

Quadro 18 – Indicadores Económico-Financeiros



2.6 – ENDIVIDAMENTO

A evolução das dívidas a terceiros e de terceiros, de curto, de médio e longo prazo, nos últimos 5 anos, encontra-se perfeitamente identificada nos quadros seguintes, e resulta essencialmente dos investimentos realizados, ou em curso, e dos empréstimos contratados, visados, utilizados e ainda não utilizados.

A capacidade legal de endividamento do Município de Castelo Branco encontra-se num nível razoável e não constitui um fator impeditivo do normal desenvolvimento das atividades municipais, tendo em conta as capacidades económicas, financeiras e de endividamento da Autarquia.

2.6.1– CAPACIDADE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO

O Município de Castelo Branco dispõe de capacidade de endividamento junto das instituições bancárias, respeitando a legislação em vigor, em matéria de endividamento das autarquias locais.

O limite ao endividamento de médio e longo prazo, em 2014, de acordo com o rateio atribuído ao Município de Castelo Branco, conforme informação da DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais é de **12.779.151€**, podendo a autarquia caso o entenda contrair encargos de Médio e Longo prazo até este montante.



2.6.2– DÍVIDA A TERCEIROS – CURTO PRAZO

A dívida em 31/12/2014, do Município de Castelo Branco a terceiros, a curto prazo, registou a evolução evidenciada no quadro ao lado. Este aumento substancial deve-se sobretudo a uma alteração contabilística de conceito face a anos anteriores, relacionada com a dívida de empréstimos, uma vez que se passou a considerar como dívida de curto prazo o valor a pagar no ano seguinte.

Quadro 19 – Dívida de Terceiros – Curto Prazo

31/12/2010	1.690.934,23 €
31/12/2011	1.580.505,85 €
31/12/2012	1.438.133,26 €
31/12/2013	405.003,28 €
31/12/2014	2.105.923,15 €

2.6.3 – DÍVIDA A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO

A dívida do Município de Castelo Branco a terceiros, a médio e longo prazo, constituída em exclusivo por empréstimos contratados, totalizava **8.413.371,55, €** em 31/12/2014, conforme consta no Balanço.

A dívida a médio e longo prazo, tendo em conta o valor utilizado dos empréstimos contratados, e a respetiva evolução no último quinquénio consta do quadro seguinte.

31/12/2010	13.834.283 €
31/12/2011	11.674.930 €
31/12/2012	9.472.441 €
31/12/2013	9.309.245 €
31/12/2014	8.413.372 €

Quadro 20 – Dívida de Terceiros - ML Prazo



O valor efetivo da dívida decorre dos encargos resultantes dos compromissos relativos à amortização de financiamentos contratados e utilizados. Esta dívida resulta da utilização de empréstimos contraídos junto de instituições bancárias, a seguir identificadas, para a realização de investimentos co-financiados pelos fundos comunitários: Caixa Geral de Depósitos, S.A.; Banco Português de Investimento, S.A.; Banco Totta & Açores, S.A., Agência para a Coesão e Desenvolvimento, IP (IFDR) e Novo Banco, S.A.

EMPRÉSTIMOS

Designação	Capital em dívida a 01 de Janeiro de 2014	Vida útil remanescente a 01 de Janeiro de 2014	Amortização média
Empréstimo SANTANDER	249.362,16 €	4	62.050,96 €
EMPRÉSTIMO BPI	480.369,96 €	6	80.061,66 €
EMPRÉSTIMO C.G.D.	6.849.112,01 €	6	1.154.034,95 €
EMPRÉSTIMO IFDR	1.636.723,75 €	12	- €
EMPRÉSTIMO NOVO BANCO	93.677,21 €	5	18.735,46 €
Totais	9.309.245,09 €		1.314.883,03 €

Quadro 21 – Empréstimos

REGRA DO EQUILÍBRIO

Apuramento do Cumprimento da Regra do Equilíbrio Financeiro	Valor
Amortizações Médias	1.314.883,03 €
Despesas Corrente (Execução 31/12/2014)	18.116.198,26 €
Sub-total	19.431.081,29 €
Receita Corrente (Execução 31/12/2014)	31.588.436,85 €
Margem de Equilíbrio (art.º 40 Lei 73/2013)	12.157.355,56 €

Quadro 22 – Regra do Equilíbrio

Elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 40 da Lei 73/2013 de 3/9



2.6.4 – DÍVIDA DE TERCEIROS

A dívida de terceiros ao Município apresenta os valores que constam do quadro ao lado.

31/12/2010	1.507.428,94€
31/12/2011	1.172.834,83€
31/12/2012	1.881.713,46€
31/12/2013	983.365,25€
31/12/2014	989.664,58€

Quadro 23 – Dívida de Terceiros



3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em conformidade com as demonstrações financeiras do ano 2014, o resultado líquido do exercício foi de **2.179.544,25 €**, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

Assim, nos termos do estipulado no ponto 2.7.3. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:

1.º – Que o resultado líquido do exercício, no valor de **2.179.544,25 €**, seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

E, posteriormente

2.º – Que se constituam reservas legais, no montante de **108.977,21 €**, equivalente a 5% do resultado líquido do exercício.



Não se conhecem quaisquer factos relevantes, decorrentes da atividade desenvolvida no ano agora em análise, que possam vir a afetar as atividades do Município no ano de 2015.

Castelo Branco, 10 de Abril de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco

Dr. Luís Correia

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO

ANO 2014

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – Identificação

Morada: Praça do Município

6000-458 Castelo Branco

Contribuinte n.º 501143530

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

(De harmonia com o ponto 8.1 do POEAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001 – 2.ª acção da Tribunal de Contas - D.R. II Série, n.º 191, de 18 de Agosto de 2001)

a)	CAMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO	b) 2014
----	------------------------------------	---------

1	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 501 143 530
---	---

2	ENDEREÇO POSTAL: Praça do Município 6000-458 CASTELO BRANCO
	TELEFONE - TELEX / TELEFAX: 272 330330 Fax: 272 330324

3	REGIME FINANCEIRO E OUTROS ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO: Regime com autonomia administrativa, financeira e patrimonial
---	---

4	NÚMERO DE ELETORES 50.770
	FONTE: Diário da República n.º. 41 de 27/02/2015 - 2ª Série

5	LEGISLAÇÃO (CONSTITUIÇÃO, ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO, QUANDO APLICÁVEL):
---	--

6	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA (ORGANOGRAMA E, QUANDO APLICÁVEL, A INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE NATUREZA CONSULTIVA E DE FISCALIZAÇÃO):			
		Data de aprovação	Data de publicação	Diário da República
	Estrutura Orgânica	28 e 28/12/2012	28/01/2013	II Série n.º. 19
	Mapa Orgânico de Pessoal	19 e 27/12/2013		
	Reestruturação de serviços			

7	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES Prossecução de interesses próprios da população respectiva
---	---

8	RECURSOS HUMANOS – IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO E, QUANDO APLICÁVEL, DOS RESPONSÁVEIS PELA DIRECÇÃO DA ENTIDADE: Luís Manuel dos Santos Correia – Presidente
---	--

RESUMO (N.º DE MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO):	
Em Regime de Permanência	4
A tempo	1
Outros	
OBSERVAÇÕES:	

a) - Identificação da entidade.

b) - Ano a que se refere o exercício em apreciação.

Mod. F. G. (15) - Gráfico Agenda

Regime Financeiro

A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece o regime financeiro dos Municípios e das Freguesias, possuindo o Município de Castelo Branco autonomia financeira e patrimonial, nos termos nos termos do n.º 1 do artigo 6º deste diploma.

Os princípios fundamentais que norteiam a actividade municipal, estão definidos no n.º 2 do artigo 3º deste diploma.

Quanto ao equilíbrio financeiro vertical e horizontal, a repartição de recursos públicos é realizada mediante uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), cujo valor é igual a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente IRS, IRC e IVA, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social, nos termos do n.º 2 do artigo 69º. Uma subvenção específica determinada a partir do Fundo social Municipal (FSM), cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os Municípios, e uma participação variável de 5% no IRS do ano imediatamente anterior, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área de circunscrição territorial, responsabilidade do Município.

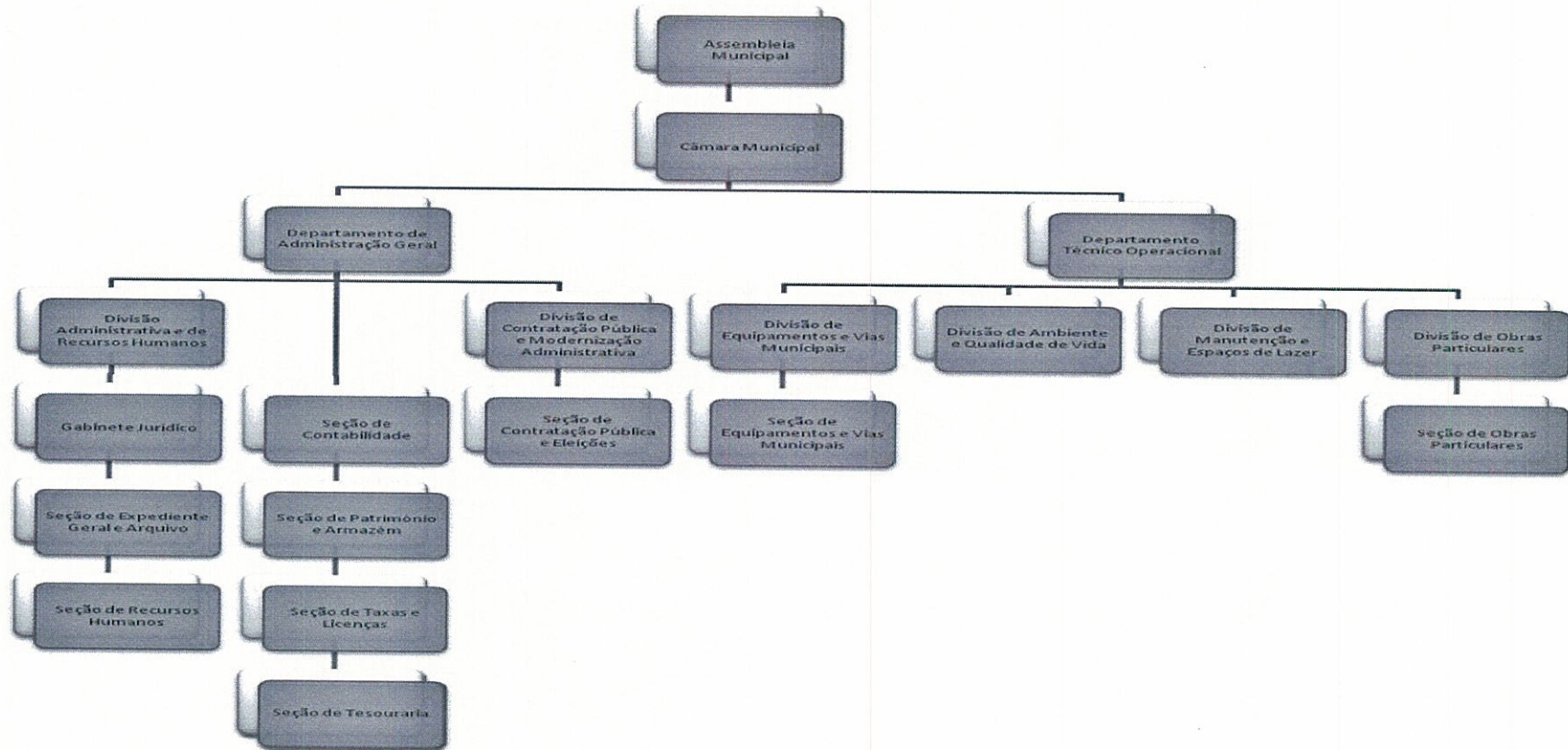
Contabilidade

O regime contabilístico das Autarquias Locais está definido no Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, e o mesmo visa a uniformização normalização e simplificação do regime contabilístico, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira fiável capaz de fornecer informação, o mais precisa possível, para a tomada de decisão e ao mesmo tempo permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património e a sua decomposição, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual do Município.

O Município de Castelo Branco não possui quaisquer dívidas definidas por sentença judicial, contudo constituiu uma provisão de 650.000€, para fazer face a eventuais indemnizações relativas a processos a decorrer.

8.1.3 Estrutura Organizacional

A Estrutura Nuclear do Município de Castelo Branco foi aprovada em reunião extraordinária de Câmara no dia 19/12/2012, e em 28/12/2012, pela Assembleia Municipal, tendo a estrutura flexível sido aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal de Castelo Branco de 28/12/2012, na qual foram fixadas as subunidades Orgânicas por despacho do Sr. Presidente da Câmara n.º 35 de 28/12/2012. Toda a estrutura foi publicada pelo Despacho n.º 1654/2013, Diário da República, 2.ª série N.º 19 de Janeiro de 2013. A presente Estrutura e Organização foi elaborada nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 -A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.



8.1.5 Recursos Humanos

Em resultado das eleições autárquicas de 29-09-2013, o registo dos eleitos para os órgãos das Autarquias Locais, ao abrigo do Art.º 234º da Lei eleitoral dos órgãos das Autarquias Locais, é o abaixo indicado:

Relação Nominal dos Responsáveis

Município de Castelo Branco				
Gerência de 01-01-2014 a 31-12-2014				
Nome	Situação na entidade	Remuneração Líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
Arnaldo Jorge Pacheco Braz	Vereador a meio tempo	13.704,71 €	01-01-2014 ----- 31-12-2014	Urbaniz Quinta da Granja Rua Rainha D. Amélia n.º 3 6000-271 - Castelo Branco
Fernando Manuel Raposo	Vereador	0,00 €	01-01-2014 ----- 31-12-2014	Rua Dr. Vítor Santos Pinto Lote A - 96 2.º. Esq.º. 6000-478 - Castelo Branco
João Nuno Marques Carvalhinho	Vereador a Tempo Inteiro	24.588,22 €	01-01-2014 ----- 31-12-2014	Rua Dr. João Frade Correia n.º 8 7.º. 6000-352 - castelo Branco
João Paulo Martins Infante Pereira Benquerença	Vereador	0,00 €	01-01-2014 ----- 31-12-2014	Rua Eng.º Pires Marques Lote 224 3.º. Dto. 6000-406 - Castelo Branco
Jorge Manuel Carrega Pio	Vereador	5.546,78 €	01-01-2014 ----- 31-12-2014	Rua do Pombal n.º. 17. 6005-090 - Alcains
Luis Manuel dos Santos Correia (Presidente)	Presidente da Câmara	32.442,73 €	01-01-2014 ----- 31-12-2014	Rua Prof. Sebastião António Morão Correia Lote A-8. 6000-473 - Castelo Branco
Maria José Barata Batista	Vereador a Tempo Inteiro	24.588,22 €	01-01-2014 ----- 31-12-2014	Urb. S. Tiago Rua G lote 7-A n.º. 2 6000-101 - Castelo Branco
Maria Teresa Rodrigues Martins	Vereador	0,00 €	01-01-2014 ----- 31-12-2014	Rua Prior Manuel Vasconcelos lote 14-E 1.º. Esq.º. 6000-265 - Castelo Branco
Paulo Alexandre Martins Moradas	Vereador	0,00 €	01-01-2014 ----- 31-12-2014	Avenida da Carapalha n.º. 24 6.º. Esq.º. 6000-320 - Castelo Branco

8.1.6 Organização Contabilística

O Município de Castelo Branco tem o seu sistema contabilístico organizado de modo a responder as necessidades de rotinas diárias e de controlo.

Diariamente são efectuados os registos de todos os documentos de receita e despesa, sendo gerados diariamente mapas como diário de tesouraria, resumo diário e mapas de receita e despesa, sendo os mesmos confrontados diariamente para verificação e validação da sua conformidade.

Mensalmente são efectuadas revisões e controlo dos movimentos contabilísticos através de balancetes, extractos de contas correntes e reconciliações bancárias.

O sistema contabilístico do Município de Castelo Branco está assente na plataforma informática da AIRC, a qual esta composta de diversas aplicações, nomeadamente

(Sistema de Contabilidade Autárquica, Sistema de Gestão de Tesouraria, Sistema de Taxas e Licenças, Sistema de Inventário e Cadastro, Sistema de Gestão de Stocks, Obras por Administração Directa, Gestão Documental), encontrando-se todos estes sistemas centralizados num servidor que posteriormente dá suporte às aplicações instaladas nas diversas secções.

8.1.7 Outra Informação Considerada Relevante

A norma de controlo interno está em vigor desde a data em que foi aprovada, ou seja 7-6-2002, tendo sofrido uma alteração nomeadamente ao regulamento interno de fundo de maneo a 4-4-2003.

O Regulamento Interno dos Serviços Municipais, foi aprovado através do Aviso n.º 3021/2001 – 2ª Série n.º 86 Apêndice 44 de 11/04/2001, onde são estabelecidos os objectivos, as atribuições e os níveis de actuação dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Castelo Branco, bem como os princípios que os regem, estabelece os níveis de direcção e de hierarquia que articulam os serviços municipais e o respectivo funcionamento.

No ano 2014 foram atribuídos pelo Orçamento de Estado os seguintes fundos:

Correntes

- Fundo de Equilíbrio Financeiro - 11.316.703,00 €
- Fundo Social Municipal - 822.763,00 €
- Participação Fixa no Irs - 1.825.074,00 €
- Outras - 2.431.734,57 €

Capital

- Fundo de Equilíbrio Financeiro - 1.309.017,00 €
- Outras - 80.869,71 €

No ano de 2014 o Município de Castelo Branco efectuou pagamentos relativos a investimentos no montante de 9.331.201,63 €.

Movimentos na conta 2732

Esta conta foi movimentada pelo acréscimo de custos com subsídio de férias e mês de férias a receber em 2015, cujo custo foi imputado ao ano 2014.

Movimentos na conta 2739

Esta conta foi movimentada pelos acréscimos de custos relativos ao ano 2014 e pela regularização dos acréscimos de custos do ano anterior.

Movimentos na conta 59

A conta de resultados transitados foi movimentada a débito, pelo valor de 224.386,24 €, relativo a 56.610,34 €, relativos a regularizações e 167.775,90 €, relativos à constituição de Reservas Legais. Foi movimentada a crédito pelo montante de 3.355.518,07 €, relativos ao resultado líquido transitado do ano 2013 e pelo montante de 119.391,40, relativos a regularizações.

Movimentação da conta 2745 Subsídios para Investimento

A movimentação desta conta foi efectuada com base no critério adoptado no cálculo das amortizações ou seja foram considerados proveitos do exercício o valor resultante da aplicação da taxa média de amortização ao total de subsídios atribuídos por grupo de bens, em virtude de actualmente ainda não ser possível efectuar a gestão dos subsídios através da aplicação de património, o que impossibilita o cálculo do proveito a considerar anualmente por cada bem (obra/empreitada) que foi objecto de financiamento.

8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 – Derrogações do POCAL

As demonstrações financeiras do exercício de 2014, foram preparadas, em todos os aspectos materiais, sem prejuízo do referido no parágrafo seguinte, em conformidades com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Contudo há que referir que o IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis) e IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões), que embora sejam receitas do Município, são cobrados pelos Serviços de Finanças, transferindo estes à posteriori o produto da sua cobrança, mediante a dedução dos encargos de cobrança.

8.2.2 Comparabilidade

8.2.2.1 – Existências

O valor das existências é comparável com o do ano anterior, tendo em conta que em ambos os anos se usou o regime de inventário intermitente, contudo deverá ser aplicado quando possível o regime de inventário permanente.

8.2.2.2 – Imobilizações

O saldo das contas de imobilizado do exercício de 2014 são comparáveis com os saldos da gerência de 2013, tendo em conta que em ambos os exercícios apenas foram efectuadas alterações que decorreram da actividade normal do Município.

8.2.2.3 – Acréscimos e diferimentos

O valor dos acréscimos e diferimentos é comparável com o ano anterior, tendo em conta que os critérios utilizados no seu reconhecimento foram os mesmos do ano anterior.

8.2.2.4 – Amortizações Acumuladas e amortizações do exercício

A informação referente à gerência de 2014, é comparável com a gerência de 2013, uma vez que os critérios de amortização utilizados foram os mesmos nas duas gerências, tendo-se já utilizado a amortização por bem.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos

8.2.3.1 – Bens do Domínio Público, Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

As Imobilizações tanto dos bens do domínio público com do domínio privado, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou no caso dos bens adquiridos antes de 2000, ao valor de valorização, sendo o custo de aquisição suportado pelo

documento de aquisição (facturas, contratos, autos de medição, escritura de compra e venda, escritura de doação, expropriação entre outros);

8.2.3.2 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição, e dizem respeito a partes de capital discriminadas do seguinte modo:

Designação	Âmbito	Capitais Próprios	Taxa Participação	Valor Participação	Observações
Instituto Pedro Nunes	Não lucrativa / utilidade pública			15 000,00	Não existem disponíveis contas atualizadas
Associação CAATA	Não lucrativa / utilidade pública			47 000,00	Contas Aprovadas a 30-5-2014
Naturtejo - Empresa de Turismo, E.I.M.	Intermunicipal			50 000,00	Não existem disponíveis contas atualizadas
Inovapark - Centro Empresarial e Logístico de Castelo Branco, S.A.	Empresa privada / mista			375 000,00	Não existem disponíveis contas atualizadas
Municipia	Empresa privada / mista			124 400,20	Não existem disponíveis contas atualizadas
Terras da Beira Baixa Sociedade de Desenvolvimento Agro - Industrial de Castelo Branco, E.M.	Municipal	940.219,12	100,00%	667.425,54	Inclui 67.425,54 relativos a reequilíbrio financeiro das contas de 2011 e 375.000 de Aumento Capital em 2013
Albigec	Municipal	369.142,74	100,00%	121.495,99	Inclui 54.265,46 relativos a reequilíbrio financeiro das contas de 2011, 17.230,53, relativa a reequilíbrio de 2012 e 120,21 relativo a aumento de capital em 2013
WRC	Empresa privada / mista			15 000,00	Não existem disponíveis contas atualizadas
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Empresa privada / mista			599 719,00	Não existem disponíveis contas atualizadas
TOTAL				2.039.980,62	

8.2.3.4 - Amortizações

O cálculo das amortizações foi efectuado com base no método das quotas constantes, sendo a taxa de amortização aplicada com base na taxa de amortização respeitante a cada bem amortizável.

8.2.3.5 - Existências:

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição.

8.2.3.6 – Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos foram reconhecidos apenas no final do ano pelo valor global dos documentos que lhes deram origem.

8.2.3.7 – Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

8.2.3.8 – Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas à ordem e a prazo abertas em nome do Município.

8.2.3.9 – Fundos Próprios

O saldo da conta Fundos Próprios – Património, encontra-se decomposto pelo património inicial, decorrente dos valores inscritos no balanço inicial e pelas alterações subsequentes, nomeadamente saldo inicial do património, reservas legais constituídas, doações, resultados transitados e resultados líquidos do exercício, a 31-12-2014, o valor dos fundos próprios totalizava 193.377.203,55 €.

Não foi feito o reforço do património nos termos do ponto 2.7.3.4 do POCAL, em virtude a Câmara Atualmente ainda se encontrar em fase de inventariação.

8.2.4 – Cotações utilizadas na conversão de moeda portuguesa de transacções em moeda estrangeira

O Município de Castelo Branco, não efectuou transacções em moeda estrangeira, nem apresenta saldos a 31-12-2014 em moeda estrangeira em que tenha sido efectuada a conversão e actualização cambial.

8.2.5 – Resultado Líquido

O resultado líquido foi calculado com base na aplicação das regras contabilísticas definidas pelo POCAL, sendo o seu valor na gerência de 2014 de 2.179.544,25 €.

8.2.6 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento, Despesas de Instalação

Durante a gerência de 2014, a rubrica despesas de investigação e desenvolvimento sofreu um aumento de 42.483,48 €.

8.2.7 – Movimentos do Imobilizado Bruto e Amortizações

Câmara Municipal de Castelo Branco

Ano: 2014

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	3.310.972,53	0,00	60.584,50	0,00	-24.757,86	3.346.799,17
452	Edifícios	98.279,71	0,00	5.000,00	0,00	0,00	103.279,71
453	Outras construções e infraestruturas	44.426.392,42	0,00	161.593,13	0,00	5.671.178,88	50.259.164,43
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	267.748,68	0,00	6.150,00	0,00	0,00	273.898,68
459	Outros bens de domínio público	48.473.075,47	0,00	0,00	0,00	0,00	48.473.075,47
445	Imobilizações em curso	71.054.200,75	0,00	2.699.298,07	0,00	-5.274.638,88	68.478.859,94
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		167.630.669,56	0,00	2.932.625,70	0,00	371.782,14	170.935.077,40
431	Despesas de instalação	192.684,09	0,00	0,00	0,00	0,00	192.684,09
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	4.193.368,12	0,00	388.403,26	0,00	0,00	4.581.771,38
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	2.184.805,51	0,00	23.800,50	0,00	0,00	2.208.606,01
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		6.570.857,72	0,00	412.203,76	0,00	0,00	6.983.061,48
421	Terrenos e recursos naturais	16.954.631,76	0,00	561.346,72	0,00	-61.558,22	17.454.420,26
422	Edifícios e outras construções	119.256.978,37	0,00	1.608.581,74	0,00	9.449.940,64	130.315.500,75
423	Equipamento básico	3.487.832,37	0,00	47.395,04	0,00	0,00	3.535.227,41
424	Equipamento de transporte	1.160.845,41	0,00	20.169,78	0,00	17.770,33	1.198.785,52
425	Ferramentas e utensílios	164.979,90	0,00	3.299,39	0,00	-17.770,33	150.508,96
426	Equipamento administrativo	5.918.507,53	0,00	192.074,67	0,00	0,00	6.110.582,20
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	511.405,69	0,00	69.500,00	0,00	0,00	580.905,69
442	Imobilizações em curso	54.108.760,60	0,00	3.469.975,66	0,00	-9.760.164,56	47.818.571,70
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		201.563.941,63	0,00	5.972.349,00	0,00	-371.782,14	207.164.502,49
411	Partes de capital	1.977.980,62	0,00	9.534,07	0,00	0,00	1.987.514,69
412	Obrigações e títulos de participação	62.000,00	0,00	1.923.122,87	0,00	0,00	1.985.122,87
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142	Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151	Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152	Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.039.980,62	0,00	1.932.656,94	0,00	0,00	3.972.637,56

8.2.8 – Cadastro do Imobilizado

Actualmente torna-se de todo impossível relacionar o cadastro do Imobilizado em virtude de a aplicação de inventário e cadastro se encontrar desactualizada, não sendo possível à data de 31-12-2014, afirmar que todos os bens constantes da aplicação têm evidência física.

8.2.13 – Bens utilizados em regime de locação financeira

A Câmara Municipal de Castelo não possui bens em regime de locação financeira.

8.2.14 – Indicação dos bens de imobilizado que não foi possível valorizar

Não é possível indicar estes bens pelo motivo exposto no ponto 8.2.8

8.2.15 – Indicações dos bens de domínio público que não são objecto de amortização

Não é possível indicar estes bens pelo motivo exposto no ponto 8.2.8

8.2.18 – Designação e sede das entidades participadas

Nome da Entidade	Sede
<p><u>Entidades Societárias</u></p> <p>Municípa - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA</p> <p>NATURTEJO - Empresa de Turismo E.I.M.</p> <p>Albigec - Empresa de Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM, S.A.</p> <p>WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.</p> <p>Inovapark - Centro Empresarial e Logístico de Castelo Branco S.A.</p> <p>Terras da Beira Baixa, EM, S.A.</p> <p><u>Entidades não Societárias</u></p> <p>Serviços Municipalizados de Castelo Branco</p> <p>APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental</p> <p>ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses</p> <p>CIEBI - Centro de inovação Empresarial da Beira Interior</p> <p>AMATO LUSITANO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO</p> <p>Associação de Municípios Raia Pinhal</p> <p>Associação de Municípios Natureza e Tejo</p> <p>CIM-BIS - Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul</p> <p>Inovcluster - Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro</p> <p>Cataa - Associação de Apoio Técnico Agroalimentar de Castelo Branco</p>	<p>São Julião da Barra - 2780-001 Oeiras</p> <p>Rua Conselheiro Albuquerque n.º 4 Cv - 6000 Castelo Branco</p> <p>Av.ª Nuno Alvares n.º 32 - R/c - 6000-083 Castelo Branco</p> <p>Quinta dos Cabrais - Tamengos - Anadia - 3780-544 Tamengos</p> <p>Avenida do Empresário - Nercab - 6000 Castelo Branco</p> <p>Rua da Fonte Nova, Rua da Fonte Nova n.º 1 - 1º - 6000-147 Castelo Branco</p> <p>Av.ª Nuno Alvares - Edifício dos SMAS n.º 32 - 6000-083 Castelo Branco</p> <p>Av.ª do Brasil nº 101 - 1700-066 Lisboa</p> <p>Av.ª Elias Garcia n.º 7 - 1º - 1000-146 Lisboa</p> <p>Rua Conselheiro Joaquim Pessoa n.º 5 - 6200-367 Covilhã</p> <p>Rua da Fonte Nova n.º 1 - R/c Dt.º - 6000-167 Castelo Branco</p> <p>Rua da Fonte Nova n.º 1 - R/c Dt.º - 6000-167 Castelo Branco</p> <p>Castelo Branco</p> <p>Idanha-a-Nova</p> <p>Zona Industrial de Castelo Branco - Rua A - 6000-459 Castelo Branco</p> <p>Zona Industrial de Castelo Branco - 6000-459 Castelo Branco</p>

8.2.22 — Valor global das dívidas de cobrança duvidosa

O Município de Castelo Branco à data de 31/12/2014, era credor de 663.283,09 €, de acordo com o seguinte mapa:

	Divida		
	Total	Entre 6 e 12 meses	Mais de 12 Meses
Industrial	70.297,68	8.954,00	61.343,68
Esplanadas	4.472,96		4.472,96
Call centers	1.760,00	854,75	905,25
Mercado	11.622,26		11.622,26
Via Pública	55.897,90	35514,1	20.383,80
Docas	192293,46		192.293,46
Diversas	85763,69		85.763,69
Habitação Social	241.175,14	20.302,18	220.872,96
TOTAL	663.283,09	65.625,03	597.658,06

8.2.26 – Descrição Desagregada das responsabilidades

O Município de Castelo Branco, não prestou quaisquer garantias ou cauções na gerência de 2014.

A 31-12-2014, o Município de Castelo Branco detinha garantias prestadas por terceiros no valor de 382.993,38 €, conforme a seguinte relação:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Mês de Fim

Ano: 2014

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
09312	Fornecedores de imobilizado	0,00	382.993,37	0,00	382.993,37
093121	Retenções	0,00	30.788,66	0,00	30.788,66
0931210056	BEDARIL - SOC.CONST.CIVIL OBRAS PUBLICAS, LDA	0,00	1.421,58	0,00	1.421,58
0931210056002	Ex-Quartel/Reforç.Estrut.Edific. nº.3- 2ª fase- DC	0,00	1.421,58	0,00	1.421,58
0931210134	ENTECCO EMP.TÉCNICA DE CONSTRUÇÕES, LDA	0,00	1.050,48	0,00	1.050,48
0931210134001	Inf.Área Loc.Emp.-Ex.Pass.Hidrául.Rua D - DC	0,00	974,90	0,00	974,90
0931210134002	C.P.P.F.-Pr.R.Mestre Monteiro T+ DC	0,00	75,58	0,00	75,58
0931210151	CONSTRUTEZE - CONST. EMPREIT. OBRAS, LDA	0,00	106,32	0,00	106,32
0931210151001	Const.Pass.Desniv.-Bª Boa Esperança T+ 96/05/28	0,00	106,32	0,00	106,32
0931210287	ANTONIO MARQUES & MARQUES, LDA	0,00	1.795,67	0,00	1.795,67
0931210287001	C.M.Estád.Municip.Val.Romeiro-A.L.Balneário 2ªF-DC	0,00	1.795,67	0,00	1.795,67
0931210392	CONSTRUÇÕES AFONSO J.J. BATISTA, LDA	0,00	124,70	0,00	124,70
0931210392001	Ampl.Rec.Esg.mun. - Rua Cemitério/Lousa - 89/08/22	0,00	124,70	0,00	124,70
0931210438	TAPICENTRO - TAPEÇARIAS, LDA	0,00	209,76	0,00	209,76
0931210438001	A.E.Ex-Quartel S.M. - Forn.Assent.Rev.Pav. - DC	0,00	209,76	0,00	209,76
0931210583	MATOS BARATA, SOCIEDADE CONSTRUÇÕES, LDA	0,00	4.463,89	0,00	4.463,89
0931210583011	C.R.M.E.E.M.-Esc.1ª Círculo Horta D'Alva T+ 01/12/20	0,00	1.340,33	0,00	1.340,33
0931210583013	C.R.M.E.C.M. - Ponte Ocreza - Enc.M.Dta - 02/11/15	0,00	3.123,56	0,00	3.123,56
0931210591	HABIBRANCO, CONSTRUÇÕES, LDA	0,00	5.245,33	0,00	5.245,33
0931210591001	Constr. Centro Social de Pousaloles - 00/03/29	0,00	4.731,71	0,00	4.731,71
0931210591002	Constr. Centro Social Pousaloles T+ 00/12/20	0,00	513,62	0,00	513,62
0931211024	Constrope - Congevia, Eng.ª e Construções, S.A.	0,00	3.907,06	0,00	3.907,06
0931211024501	Centro de Cultura Contemporânea	0,00	3.907,06	0,00	3.907,06
0931211930	ALFREDO FERREIRA DA SILVA	0,00	43,06	0,00	43,06
0931211930001	em 548 entre EN 548 E EN 112 PQ/P340	0,00	43,06	0,00	43,06
0931211931	DÂMASO & FERNANDES, LDA	0,00	916,07	0,00	916,07
0931211931001	Pav.Bª Nº Sª Valongo C.B. - 1990/01/11	0,00	916,07	0,00	916,07
0931211933	LUSOVIAS - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	0,00	2.514,20	0,00	2.514,20
0931211933001	Constr.Passeios e Pav. em C.B. - 57/06/09	0,00	2.514,20	0,00	2.514,20
0931211934	MANUEL BEATO FAUSTINO	0,00	149,21	0,00	149,21
0931211934001	Rep.Escola Primária de Mata - 92/06/03	0,00	149,21	0,00	149,21
0931211942	SOMEC-SOC.METROPOLITANA CONSTRUÇÕES, S.A	0,00	7.898,67	0,00	7.898,67
0931211942001	Constr.Jardim Infância S.Tiago C.B. - 93/08/04	0,00	4.314,32	0,00	4.314,32
0931211942002	Construção Jardim Infância S.Tiago CB T+ 94/09/29	0,00	3.584,35	0,00	3.584,35
0931211943	COMBASE-CONSTRUTORA ALTO ALENTEJO, LDA	0,00	473,09	0,00	473,09
0931211943001	Const.Esc.C+S Bª Perdizes PIDDAC T+ 94/12/06	0,00	144,59	0,00	144,59
0931211943002	Constr.Esc.C+S Bª Perdizes-Equip.Telef.T+ 96/02/28	0,00	328,50	0,00	328,50
0931211945	JOSÉ REGALO RODRIGUES	0,00	469,57	0,00	469,57
0931211945001	C.R.M.Redes Iluminação Pública Município 95/09/06	0,00	469,57	0,00	469,57
093122	Garantias Bancárias	0,00	344.858,71	0,00	344.858,71
093123	Seguro Caução	0,00	7.346,00	0,00	7.346,00
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	382.993,38	0,00	382.993,38	0,00
09322	Prestadas por Fornecedores de imobilizado	382.993,38	0,00	382.993,38	0,00
093221	Retenções	30.788,67	0,00	30.788,67	0,00
0932210056	BEDARIL - SOC.CONST.CIVIL OBRAS PUBLICAS, LDA	1.421,58	0,00	1.421,58	0,00
0932210056002	Ex-Quartel/Reforç.Estrut.Edific. nº.3- 2ª fase- DC	1.421,58	0,00	1.421,58	0,00
0932210134	ENTECCO EMP.TÉCNICA DE CONSTRUÇÕES, LDA	1.050,48	0,00	1.050,48	0,00
0932210134001	Inf.Área Loc.Emp.-Ex.Pass.Hidrául.Rua D - DC	974,90	0,00	974,90	0,00
0932210134002	C.P.P.F.-Pr.R.Mestre Monteiro T+ DC	75,58	0,00	75,58	0,00
0932210151	CONSTRUTEZE - CONST. EMPREIT. OBRAS, LDA	106,32	0,00	106,32	0,00
0932210151001	Const.Pass.Desniv.-Bª Boa Esperança T+ 96/05/28	106,32	0,00	106,32	0,00

Câmara Municipal de Castelo Branco

Mês de Fim

Ano: 2014

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
0932210287	ANTONIO MARQUES & MARQUES, LDA	1.795,67	0,00	1.795,67	0,00
0932210287001	C.M.Estád.Municip.Val.Romeiro-A.L.Balneário 2ºF-DC	1.795,67	0,00	1.795,67	0,00
0932210392	CONSTRUÇÕES AFONSO J.J. BATISTA, LDA	124,70	0,00	124,70	0,00
0932210392001	Ampl.Rec.Esg.mun. - Rua Cemitério/Lousa - 89/08/22	124,70	0,00	124,70	0,00
0932210438	TAPICENTRO - TAPEÇARIAS, LDA	209,76	0,00	209,76	0,00
0932210438001	A.E.Ex-Quartel S.M. - Forn.Assent.Rev.Pav. - DC	209,76	0,00	209,76	0,00
0932210583	MATOS BARATA, SOCIEDADE CONSTRUÇÕES, LDA	4.463,89	0,00	4.463,89	0,00
0932210883011	C.R.M.E.E.M.-Esc.1º Cíolo Horta D'Alva T+ 01/12/20	1.340,33	0,00	1.340,33	0,00
0932210883013	C.R.M.E.E.M. - Ponte Ocreza - Enc.M.Dta - 02/11/15	3.123,56	0,00	3.123,56	0,00
0932210891	HABIBRANCO, CONSTRUÇÕES, LDA	5.245,33	0,00	5.245,33	0,00
0932210891001	Constr. Centro Social de Pousalfoles - 00/03/29	4.731,71	0,00	4.731,71	0,00
0932210891002	Constr. Centro Social Pousalfoles T+ 00/12/20	513,62	0,00	513,62	0,00
0932211024	Constrope - Congevia, Eng.ª e Construções, S.A.	3.907,06	0,00	3.907,06	0,00
0932211024501	Centro de Cultura Contemporânea	3.907,06	0,00	3.907,06	0,00
0932211930	ALFREDO FERREIRA DA SILVA	43,06	0,00	43,06	0,00
0932211930001	em 548 entre EN 548 E EN 112 PO/P340	43,06	0,00	43,06	0,00
0932211931	DÂMASO & FERNANDES, LDA	916,07	0,00	916,07	0,00
0932211931001	Pav.Bº Nº Srº Valongo C.B. - 1990/01/11	916,07	0,00	916,07	0,00
0932211933	LUSOVIAS - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	2.514,20	0,00	2.514,20	0,00
0932211933001	Constr.Passeios e Pav. em C.B. - 87/06/09	2.514,20	0,00	2.514,20	0,00
0932211934	MANUEL BEATO FAUSTINO	149,21	0,00	149,21	0,00
0932211934001	Rep.Escola Primária de Mata - 92/06/03	149,21	0,00	149,21	0,00
0932211942	SOMECSOC.METROPOLITANA CONSTRUÇÕES, S.A	7.898,67	0,00	7.898,67	0,00
0932211942001	Constr.Jardim Infância S.Tiago C.B. - 93/08/04	4.314,32	0,00	4.314,32	0,00
0932211942002	Construção Jardim Infância S.Tiago CB T+ 94/09/29	3.584,35	0,00	3.584,35	0,00
0932211943	COMBASE-CONSTRUTORA.ALTO ALENTEJO, LDA	473,10	0,00	473,10	0,00
0932211943001	Const.Esc.C+S Bº Perdizes PIDDAC T+ 94/12/06	144,59	0,00	144,59	0,00
0932211943002	Constr.Esc.C+S Bº Perdizes-Equip.Telef.T+ 96/02/28	328,51	0,00	328,51	0,00
0932211945	JOSÉ REGALO RODRIGUES	469,57	0,00	469,57	0,00
0932211945001	C.R.M.Redes Iluminação Pública Municipio 95/09/05	469,57	0,00	469,57	0,00
093222	Garantias Bancárias	344.858,71	0,00	344.858,71	0,00
093223	Seguro Caução	7.346,00	0,00	7.346,00	0,00
Totais Gerais:		382.993,38	382.993,37	382.993,38	382.993,37

A 31-12-2014 as dívidas de Curto e Médio e Longo Prazo do Município de Castelo Branco a Instituições de Crédito, ascendia a **7.994.362,06 €**.

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas

O Município de Castelo Branco procedeu à constituição das seguintes provisões:

- 100% de Provisão para dívidas superiores a 1 ano - **597.658,05 €**;
- Provisões para processos judiciais em curso - **650.000,00 €**.

8.2.28 – Classe 5 Fundo Patrimonial

CONTA	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51	44 606 142,62 €			44 606 142,62 €
571	6 416 268,76 €	167.775,90 €		6.584.044,66 €
576	1 703 017,76 €			1 703 017,76 €
59	135 053 931,03 €	3.474.909,47 €	224.386,24 €	138.304.454,26 €
88	3 355 518,07 €	7.363.069,23 €	8.539.043,05 €	2.179.544,25 €
	191.134.878,24 €	11.005.754,60 €	8.763.429,29 €	193.377.203,55 €

8.2.29 a 8.3.6.2 – Estes pontos dizem respeito aos mapas constantes dos documentos de prestação de contas.

Notas Finais:

No ano 2014, foi alterado o método de contabilização dos empréstimos, passando a ser contabilizado o valor da amortização de empréstimos a realizar no ano seguinte como empréstimos de curto prazo.

Foi constituído o fundo de apoio Municipal, como investimento financeiro no valor de 1.923.122,87, tendo sido contabilizado como dívida de curto prazo o montante 274.732 €, a pagar no ano 2015, e como dívida de Médio e Longo Prazo o valor de 1.648.390,87 €, a pagar nos anos seguintes.